

Patrimônio Cultural, Festas e Lutas Políticas em Comunidades Quilombolas de Mato Grosso

Cultural Heritage, Festivals and Political Struggles in Maroons Communities of Mato Grosso

Enviado em: 15/05/2019

Aceito em: 02/01/2020

Manuela Areias Costa¹

Luciano Pereira da Silva²

Resumo:

O objetivo desse artigo é analisar a relação entre festas, patrimônio cultural e lutas políticas por meio das festividades realizadas em comunidades quilombolas mato-grossenses, como as de São Benedito e São Gonçalo, dos Quilombos São Benedito e Coitinho, localizados no município de Poconé, e as de São Benedito, dos Quilombos Morro do Cambambi e Itambé, situados em Chapada dos Guimarães. As pesquisas sobre essas festividades desenvolveram-se entre 2016 e 2017 em trabalhos de campo. Foram realizadas entrevistas – focalizando as memórias e narrativas quilombolas sobre os territórios de ocupação tradicional e suas práticas culturais –, filmagens e consultas de documentos manuscritos e impressos.

Palavras-Chave: Festas, Patrimônio Cultural, Quilombos

Abstract:

The article aims to study the relationship between festivals, cultural heritage and political struggles through festivities held in maroon's communities of Mato Grosso, such as São Benedito and São Gonçalo, of Quilombos São Benedito and Coitinho, located in the municipality of Poconé, and São Benedito, of Quilombos Morro do Cambambi and Itambé, located in Chapada dos Guimarães. The research on these festivities took place between 2016 and 2017 in fieldwork. Interviews were conducted - focusing on "quilombola" memories and narratives about traditional occupation territories and their cultural practices -, filming and consultation of documents.

Keywords: Festivals, Cultural Heritage, Quilombos

¹Historiadora (Doutora em História pela UFRJ) e Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente é representante do GT "Emancipações e Pós-Abolição" (GETEP - seção Centro-Oeste) da Associação Nacional de História (ANPUH - Brasil). E-mail: manuelaareiasc@gmail.com.

²Arqueólogo, Historiador (Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL) e Professor na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). Atualmente é membro do ICOMOS – Brasil e presidente da Associação de Pesquisa Xaraiés. E-mail: lucianopatrimoniomt@gmail.com.

Territórios Quilombolas e Patrimônio Cultural

Não é possível apontarmos um número preciso de comunidades remanescentes de quilombos existentes em Mato Grosso. O sociólogo Antônio Moura (2009, p. 90), baseando-se em informações da antiga direção do Conselho Estadual de Direitos do Negro – hoje Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – se refere a um número aproximado de 110 comunidades. A antropóloga Sônia Lourenço (2015, p. 21) afirma que, atualmente, “o estado de Mato Grosso reúne um expressivo contingente de 97 comunidades remanescentes de quilombos.” Sendo que destas, 72 são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e já estão com processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³ – órgão responsável pelo reconhecimento, identificação, delimitação e titulação dos territórios quilombolas – nos quais se reivindica a regularização fundiária de seus territórios tradicionais. Destes, apenas Lagoinha de Baixo (Chapada dos Guimarães), Mata Cavallo (Santo Antônio do Livramento) e Campina da Pedra (Poconé) possuem Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) concluídos. Até o momento, nenhuma comunidade quilombola recebeu do Estado a titulação de seus territórios tradicionais.

As populações remanescentes quilombolas mato-grossenses, assim como as de outras partes do país, reivindicam políticas públicas e o reconhecimento de seus territórios, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Esse documento constitucional reconheceu direitos territoriais aos remanescentes das comunidades dos quilombos e abriu caminhos para o reconhecimento oficial de patrimônios imateriais relativos à herança de populações escravizadas, entre outras políticas de reparação (Ver: ABREU & MATTOS, 2011). Além do direito à terra e do reconhecimento de direitos e preservação de bens de natureza material e imaterial, essas populações lutam fundamentalmente por cidadania, justiça, respeito à diversidade, desenvolvimento autossustentável e projetos pedagógicos que dialoguem com suas histórias e cultura.

A valorização do patrimônio imaterial por políticas públicas culturais tem proporcionado maior visibilidade às práticas afro-brasileiras, e o patrimônio cultural festivo quilombola vem recebendo novos olhares e ganhando novas dimensões. Como

³ INCRA. Relação das comunidades quilombolas com processo aberto para regularização fundiária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 22/04/2018.

argumentaram as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu (2011, p. 4), a promulgação do Decreto do Governo Federal n. 3.551, de quatro de agosto de 2000, sobre o patrimônio imaterial, “abriu caminhos para os quilombolas conferirem valor de patrimônio cultural à sua própria história, memória e expressão cultural.” Segundo Abreu & Mattos (IBIDEM), atualmente “o processo de emergência das novas comunidades quilombolas, ainda que gestado majoritariamente em contextos de conflitos territoriais, se apresenta estreitamente associado ao movimento paralelo de ‘patrimonialização’ da cultura imaterial identificada com populações afro-brasileiras”. Diante disso, o “Decreto” possibilitou o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política, “antes silenciados, esses grupos são detentores de práticas culturais imateriais, avaliadas como tradicionais, o que tem sido fundamental para o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo.” (IBIDEM, pp. 3-4)

Não obstante à recente valorização do patrimônio cultural imaterial, observamos no contexto de Mato Grosso a insuficiência de estudos relacionados à salvaguarda da cultura material e imaterial de comunidades quilombolas, que possam contribuir para os processos de regularização fundiária e valorização da memória do grupo. A tradição oral, a história e a memória desses grupos precisam ser percebidas como patrimônios que devem ser conhecidos e registrados na memória pública brasileira. Abreu & Mattos (IBIDEM, pp. 6-7) salientam que

Os remanescentes de quilombo passam a inserir-se, para além da luta por terras tradicionais, em um esforço moral para que determinados acontecimentos não sejam esquecidos. Para que sejam registrados, como patrimônios do grupo, na memória pública do país, através da construção de locais de memória ou da incorporação de tais memórias e tradições orais na história contada e divulgada nas escolas e universidades.

As expressões culturais protagonizadas por quilombolas revelam uma memória da diáspora africana que deve ser valorizada, lembrada e divulgada. Soma-se à questão do silenciamento de memórias, a negligência do Estado brasileiro diante das demandas territoriais tradicionais quilombolas em razão da expansão do agronegócio, das hidrelétricas, hidrovias e mineração. Os quilombos de hoje estão ameaçados por fazendeiros e grandes empreiteiras. Isso porque eles tocam em uma questão que é crítica no Brasil: a divisão da terra.

Em Mato Grosso, além de vigorar a legislação federal relacionada às comunidades quilombolas, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, vigora uma legislação

estadual, a Lei 7.775, publicada em 2002, com o objetivo de promover, segundo os Artigos 1º e 2º: a identificação e demarcação das terras de remanescentes quilombolas no estado; ações das instituições públicas estaduais nas comunidades quilombolas; o incentivo à cultura e o apoio à implementação de projetos para o desenvolvimento comunitário e levantamento histórico e cultural dessas comunidades, incluindo no currículo histórico escolar o ensino da história dos quilombolas em Mato Grosso e das suas características culturais.⁴ Essa legislação estadual, como base no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, instituiu no momento de sua publicação o “Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Mato Grosso”. Em novembro de 2003, houve uma alteração na legislação de 2002, acrescentando em seu Art. 1º que o programa “atenderia tanto as comunidades negras rurais formadas no período escravista quanto às formadas até cinquenta anos após a abolição da escravidão,”⁵ ou seja, as comunidades remanescentes de quilombos que foram formadas após esta data não seriam contempladas pela lei, ficando de fora do programa. Trata-se do marco temporal dessa unidade da federação. De qualquer forma, a efetivação da Lei 7.775 não ocorreu. Apesar de ter sido sancionada em 2002 e alterada em 2003, o Estado negligenciou esta legislação. Moura (2009, p. 108) salienta que “as ações do governo estadual são poucas e fragmentadas, de forma que a situação das comunidades quilombolas mato-grossenses não difere da precária situação das existentes no restante do país.”

Observa-se com preocupação que esforços para a patrimonialização da cultura quilombola não vem sendo envidados. Por um lado, devido à inexistência de uma política de Estado para o patrimônio cultural com essa finalidade e, por consequência, não haver linhas de fomento e editais específicos para projetos que contemplem comunidades quilombolas; por outro lado, a legislação sobre pesquisas do patrimônio cultural nos processos de licenciamento ambiental é descumprida.

O estado de Mato Grosso apresenta um quadro de não cumprimento da legislação ambiental referente às comunidades quilombolas e tradicionais de forma geral. Verifica-se o descumprimento da legislação referente ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio cultural

⁴ Sobre a Lei 7775/2002, Ver: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-7775-2002.pdf>. Acesso em 22/04/2018.

⁵ Sobre a alteração da Lei 7.775/2002, Ver: <http://rouxinol.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/LegislacaoSad.nsf/07fa81bed2760c6b84256710004d3940/ca5aabc2a174ab1d04256e9a0074f59b?OpenDocument>. Acesso em 22/04/2018.

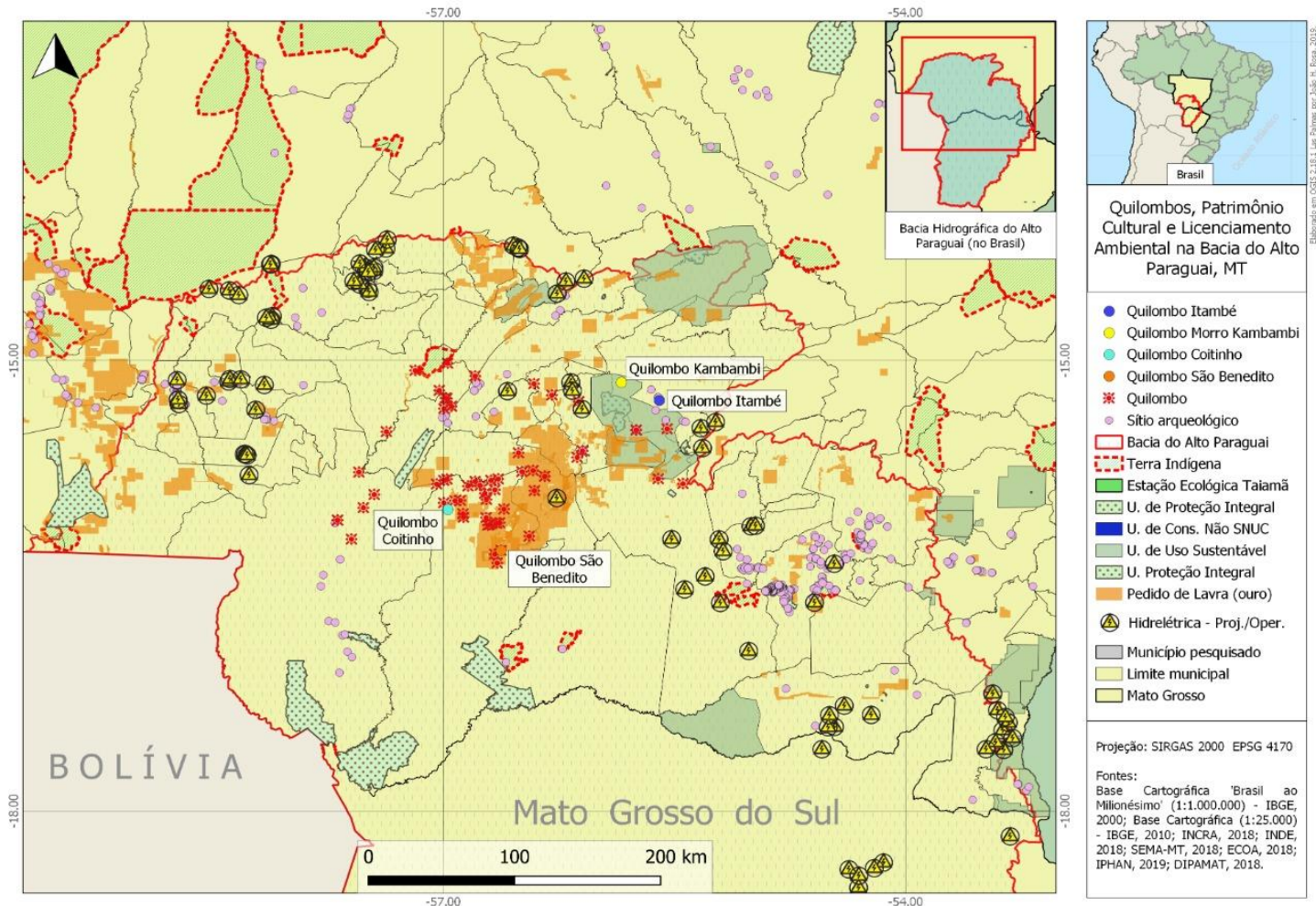
imaterial de comunidades quilombolas e tradicionais nos processos de licenciamento ambiental.⁶ Urge a necessidade de intensificar o controle social nos processos de licenciamento ambiental, provocando com pesquisas e mobilização social, o estabelecimento de normas de reparação fundamentadas em “princípios de cautela e vigilância” e “consulta prévia e informada” sobre empreendimentos que envolvem comunidades tradicionais e patrimônio cultural.⁷

Em relação à dimensão dos objetos e sítios arqueológicos quilombolas, considerando para além de hipoteticamente terem sido destruídos e apagados sem registro, são provas periciais perdidas que poderiam ser usadas para identificação e delimitação de terras quilombolas. Acerca desses lugares de ocupação restaria a possibilidade do relato oral em sua finitude e difícil legado nos tempos atuais e as possibilidades de indícios nos documentos históricos.

⁶Os casos envolvem: a) não realização de consulta de comunidades quilombolas e tradicionais, violando assim a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre consulta prévia e informada; b) expatriação de bens arqueológicos; c) não realização da oitiva de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) nos processos de licenciamento ambiental que envolvem quilombolas conforme a Portaria Interministerial 060/2015. Essa problemática foi apresentada por meio do “Diagnóstico das pesquisas arqueológicas licenciadas em Mato Grosso entre 1995-2013 (DIPAMAT)”, produzido pelo arqueólogo Luciano Silva, em 2013, e que embasou os seguintes procedimentos: (1) MPF/PR/MT - Inquérito Civil Público nº 1.20.000.000270/2014-86; (2) IPHAN - Processo n. 01425.000 184/2014; (3) SEMA/MT - Processo n. 01425.900090/2017-69; (4) IPHAN-MT/DIVTEC - Nota Técnica nº 58/2018: em atendimento ao Ofício Of/PR/MT/ofício Ambiental n. 4626/2017 do MPF/MT; (5) MPF/Procuradoria da República no Município de Juiz de Fora. Processo nº 01450.005535/2018-79. A Instrução Normativa 001/2017 da SEMA/MT, parece uma forma de resistência ao Inquérito Civil Público nº 1.20.000.000270/2014-86 do MPF e intensificação da fiscalização.

⁷Essas questões foram debatidas na Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Cáceres, no ano de 2017. O evento, que contou com a participação de lideranças quilombolas, autoridades e pesquisadores, resultou na aprovação de sete documentos sobre patrimônio cultural e comunidades tradicionais. Atualmente, promovem-se esses debates no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cáceres.

Mapa 1: Quilombos, Patrimônio Cultural e Licenciamento Ambiental na Bacia do Alto Paraguai, Mato Grosso



Fontes: Base Cartográfica "Brasil ao Milionésimo" (1: 1.000.000) – IBGE, 2000; Base Cartográfica (1: 25. 000) - IBGE, 2010; INCRA, 2018; INDE, 2018; SEMA-MT, 2018; ECOA, 2018; IPHAN, 2019; DIPAMAT, 2018.

Projeção: SIRGAS 2000 EPSG 4170

Crédito: João Henrique Rosa, maio de 2019.⁸

O Mapa 1 acima, apresenta a localização das Comunidades Quilombolas do estado de Mato Grosso, com destaque àquelas trabalhadas nesse artigo (São Benedito e Coitinho, localizadas no município de Poconé; Itambé e Cambambi, situadas em Chapada dos Guimarães), terras indígenas, áreas de sítios arqueológicos e unidades de conservação. Observa-se, também, por meio de hidrelétricas instaladas e atividades de mineração,

⁸ Agradecemos ao arqueólogo e historiador João Henrique Rosa pela valorosa contribuição na elaboração do Mapa.

possibilidades de riscos de desastres antrópicos e vulnerabilidade de diversas comunidades tradicionais.

A região onde se encontram os quilombos pesquisados é a Bacia do Alto Paraguai - BAP, que abrange o Pantanal em sua planície alagada e o planalto com as nascentes e rios formadores desse bioma. No planalto estão localizadas as Comunidades Quilombolas de Mato Grosso. A faixa do mapa analisada contempla a parte do estado na porção oeste da BAP, especificamente, os municípios de Cáceres, Barra do Bugres, Poconé, Livramento, Chapada dos Guimarães e Acorizal.

Acerca das questões territoriais, pelo menos vinte quilombos estão localizados onde existe requerimento de lavra para extração de ouro, de forma mais evidente observado na faixa entre os quilombos de Poconé, Nossa Senhora do Livramento e Cáceres. A situação requer ser melhor apurada, demanda atenção do poder público, e justifica a constituição de uma governança quilombola para debater licenciamento ambiental e consulta prévia e informada.

Outra perspectiva constatada é a proximidade de terras quilombolas e unidades de conservação em Cáceres e Chapada dos Guimarães, que pode ser analisada de duas formas, no passado ocuparam essas áreas e atualmente situam-se na área do entorno ou amortecimento dessas unidades, sobremaneira, de tais comunidades adquirem papel estratégico para essas áreas. Os sítios arqueológicos do mapa, em maior parte pré-colonial, dimensionam para uma ocupação intensa indígena. A presença indígena e a interação com negros foi evidenciada nos relatos orais no Quilombo Coitinho, corroborando com pesquisas em História e Arqueologia.

Avaliamos que o patrimônio cultural quilombola, sobretudo o patrimônio imaterial, pensando no campo das festas, configura um instrumento de defesa, reparação de direitos e resistência negra. As festas, assunto que se pretende explorar nas próximas linhas, constituem elementos fundamentais para o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, tornando-se uma importante estratégia na luta pela terra. Expressões culturais em geral, consideradas como patrimônios quilombolas, são bandeiras de luta por direitos, conquistas de espaços públicos e afirmação indenitária (Ver: ABREU & MATTOS, 2013, p. 4).

Festas de Santo em Comunidades Quilombolas de Poconé

São Benedito, filho de escravos, que encontres a verdadeira liberdade servindo a Deus e aos irmãos, independente de raça e de cor, livrai-me de toda a escravidão [...]⁹

As festas de santo são numerosas e expressivas nas comunidades negras rurais e quilombolas mato-grossenses. Geralmente, são organizadas sob a devoção de um grupo familiar e por lideranças comunitárias. Costumam incluir baile e farta distribuição de alimentos. A louvação ao santo de devoção pode ser feita durante vários dias, sendo que o ritual festivo segue etapas como saudação ao altar, subida do mastro, música e dança do cururu e siriri, reza, leilão, baile, encerramento da festa, descida do mastro e desmanche do altar. As festas são fundamentais para a coesão e afirmação da identidade cultural negra e quilombola, e atualmente motivam a reunião das famílias das comunidades, contemplando, também, o agradecimento às colheitas. Com o objetivo político e social de divulgar a cultura e reafirmar a identidade do grupo, as festas de santo nas comunidades negras rurais são formas de resistência quilombola na luta pelos seus direitos. Essas festividades vêm sendo, cada vez mais, articuladas com a política de valorização do patrimônio imaterial.

O município de Poconé, localizado na Baixada Cuiabana, abrange o maior número de comunidades quilombolas do Estado. Destas, 30 estão com processos abertos para a regulamentação fundiária no INCRA.¹⁰ Grande parte das comunidades, ligadas ao campesinato negro, foram constituídas por meio de terras devolutas ou doadas no contexto do pós-abolição. A principal atividade econômica dessas comunidades é a agricultura familiar para subsistência e comercialização nas cidades mais próximas. Geralmente, são organizadas e estruturadas por meio de associações de pequenos produtores rurais, que estabelecem formas de trabalhos coletivos para o consumo e comercialização de produtos (Ver: DA COSTA, 2017). As relações de trabalho mobilizam grande parte dos moradores, criando laços de solidariedade, produção e trocas de saberes e formas de ajuda mútua.

A ajuda mútua aproxima os moradores, fortalecendo os laços e a interação ente eles. O mutirão, “muxirum” ou “muxirão” é organizado para ajudar as famílias mais necessitadas na “construção e reparo das casas, nos tratos culturais e colheita das lavouras, e para a realização de atividades de interesse coletivo da comunidade, tais como: reparo de

⁹Oração proferida pelos moradores do quilombo São Benedito durante o festejo em homenagem ao santo padroeiro da comunidade.

¹⁰ INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 22/04/2018.

estradas, construção de barracões para as festas de santo e reparos nas escolas” (MOURA, 2009, p. 222). Observa-se, na organização do trabalho, a participação de pessoas de diferentes sexos e idades que partilham experiências: desde crianças, que observam os trabalhos dos adultos, até idosos, detentores da memória do grupo. Os idosos auxiliam nas atividades e são responsáveis pela manutenção e transmissão dos saberes e das práticas tradicionais entre os mais jovens (Ver: DUARTE, 2016).

Nesta relação de trocas, destacamos a transmissão de conhecimento das práticas de cura de enfermidades por benzedeiros (as) e raizeiros (as), como o Sr. José Mamede Bispo, considerado rezador e benzedor pelos moradores do quilombo Coitinho, e de experiências relacionadas à produção artesanal, como a farinha de mandioca na comunidade São Benedito e a rapadura na comunidade Coitinho. Durante a produção da farinha e da rapadura são compartilhadas experiências, histórias, “causos” e saberes entre mulheres e homens. Os homens, geralmente, são responsáveis pela colheita; “para o restante das etapas de produção, mulheres e homens se reúnem para dar continuidade ao trabalho,” que muitas vezes envolve toda família (DA COSTA, 2017, p. 159). Dessa forma, diversos saberes relacionados ao cultivo da terra são partilhados entre gerações. Os saberes e as práticas culturais quilombolas são expressos no cotidiano da vida social – como nas festas de santo, nas plantações, na produção artesanal, nas práticas de cura, entre outros – e carregados de tradições, costumes, regras e valores oriundos de uma tradicional cultura negra.

As festas de santo, realizadas nas comunidades quilombolas rurais de Poconé, fazem parte da cultura popular do município e são uma das atrações mais esperadas do ano. Nos quilombos São Benedito e Coitinho, as festas de São Benedito e de São Gonçalo, expressam a identidade dos grupos pertencentes a essas comunidades. As narrativas de seus moradores revelam o significado e a importância dessas festividades para os grupos locais. Os quilombos São Benedito e Coitinho, por serem próximos, mantiveram relações ao longo do tempo e ainda mantém, pois estão conectados “pelas relações de parentesco, pelas trocas que se adensam com as festas de santo” (LOURENÇO, 2016, p. 36). Essas trocas se evidenciam nas festas por meio da circulação da produção da mandioca para o ensopado de costela com carne e a farinha para encorpar o caldo ou “escaldadão”, da cana-de-açúcar para a rapadura, que será utilizada no doce de “furrundu” (doce de mamão com rapadura de cana), da banana para o caldo de carne e a farofa de banana madura, do milho-verde para o biscoito de milho, servido no período da manhã, acompanhado de

bebidas como café e chá mate, entre outros produtos que conferem às festividades a circulação e trocas de saberes tradicionais. Dessa maneira, as festas de santo se apresentam como lugares de reprodução cultural, circulação e transmissão de saberes, ritos e práticas, e de formação de laços de solidariedade. Podem ser percebidas, também, como espaços de formação de redes que conectam as comunidades negras rurais de Poconé.

A comunidade quilombola São Benedito está localizada a 50 km da cidade de Poconé e distante cerca de 100 quilômetros da capital. De acordo com os dados coletados pelo INCRA, em 2007,¹¹ a comunidade é composta por 32 famílias, totalizando 130 moradores, que vivem da produção da farinha de mandioca para consumo próprio e comercialização, sendo uma das principais fontes de renda dessas famílias. O número de moradores diminuiu nos últimos anos, devido ao aumento do êxodo rural, principalmente, entre os jovens, que migram para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de vida. Em relação ao processo de formação da comunidade, as narrativas revelam uma memória relacionada à doação de lotes de terra para um determinado grupo.

Os relatos dos moradores evidenciam que a comunidade formou-se no começo do século XX e a terra que ocupam foi recebida por meio de herança e doação. O espaço que abrange a comunidade, atualmente, era um antigo sítio, cuja área foi herdada pelo Sr. Benedito Vicente Neto e, posteriormente, dividida e doada para algumas famílias que já estavam vivendo e trabalhando em roças das redondezas. O Sr. Benedito, questionado sobre o processo de formação da comunidade, explicou em reunião realizada por técnicos do INCRA/MT, no dia 14 de março de 2008, que doou 27 hectares para a associação dos moradores. Na mesma reunião foi discutida a importância da terra para a preservação dos laços de parentesco da comunidade.¹² Na década de 1950, a comunidade começou a ser habitada por novos moradores, que se juntaram aos moradores do antigo sítio. Esses novos moradores passaram, desde então, a viver da produção de alimentos e da venda de produtos artesanais para os sítios e fazendas vizinhas. A comunidade se chamava “Veados”, recebendo o nome atual somente na década de 1980, em função da forte devoção de seus membros a São Benedito. A descendência quilombola da comunidade foi reconhecida em 2005, por meio da certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares.

¹¹INCRA. “Relatório de regularização e andamento de territórios da Comunidade Quilombola São Benedito.” Cuiabá, 03 de agosto de 2005.

¹² INCRA. “Relatório de regularização e andamento de territórios da Comunidade Quilombola São Benedito.” Cuiabá, 03 de agosto de 2005.

Não muito distante do quilombo São Benedito, encontra-se o quilombo Coitinho, composto por 14 famílias, totalizando 47 pessoas residentes na comunidade. A principal atividade econômica é a produção agrícola, concentrando-se a produção da cana-de-açúcar para a fabricação do açúcar e da rapadura. Muitas famílias possuem parentesco com as comunidades vizinhas, São Benedito e Pantanalzinho.¹³ A memória de seus moradores sobre a composição da comunidade remete aos anos de 1920, e a ocupação de terra adquirida por meio da posse de uma área considerada devoluta. Porém, a existência de sítios arqueológicos revela possibilidades de ocupação em período anterior, como demonstra a Igreja Nossa Senhora de Santana, hoje em ruínas, as construções de “pau-a-pique” e “pedra canga” e o cemitério. As questões referentes à cultura material da comunidade merecem um trabalho mais aprofundado. Atualmente, existem diversos conflitos fundiários entre quilombolas e fazendeiros da região. Inclusive, o enfrentamento se estende em relação ao espaço em que se localiza o cemitério, patrimônio significativo para os quilombolas do Coitinho e redondezas (Ver: ROCHA, 2018, pp. 26-28).

São Benedito e São Gonçalo são os santos mais festejados nas comunidades quilombolas de Poconé. O primeiro é considerado pelos moradores o santo protetor dos negros – adorado pelos escravos e seus descendentes – e, o segundo, o santo dos pobres e dos violeiros. A festa de São Benedito, do quilombo São Benedito, realizada em devoção ao santo padroeiro da comunidade, acontece todos os anos no mês de julho. Já a de São Gonçalo, realizada no quilombo Coitinho, é comemorada no dia de São Gonçalo, 10 de janeiro, ou no final de semana depois do aniversário do santo. Além de São Gonçalo, os moradores, durante a mesma festa, prestam louvor à Santa Luzia. As festas de santo realizadas nessas comunidades quilombolas seguem alguns rituais comuns.

As comidas das festas, feitas em tachos e “panelões” de barro e de alumínio, são preparadas pelas mulheres da comunidade e das comunidades vizinhas que utilizam fogão à lenha e forno de barro para o cozimento. O pilão, objeto tradicional encontrado nas casas, é utilizado para socar o milho, que será acrescido no preparo do biscoito, e a paçoca de carne – mistura de carne com farinha de mandioca, mais conhecida como “paçoca de pilão”. As cozinhas são ambientes fartos de alimentos típicos. Ali também escutamos risadas, histórias e “causos”, um convite para adentrarmos no cotidiano das comunidades. A fartura da festa é fruto de um esforço coletivo. Os personagens que compõe o ritual contribuem

¹³INCRA. “Relatório de regularização e andamento de territórios da Comunidade Quilombola Coitinho.” Cuiabá, 2005.

com bens materiais e trabalho. O rei oferece a carne, a rainha comanda a festa junto com o festeiro ou a festeira, o capitão é responsável por preparar e decorar o mastro, no qual será fixada a bandeira com a imagem do santo, confeccionada e levada pelo alferes. A escolha dos festeiros é anunciada com bastante antecedência para que os envolvidos possam arrecadar alimentos e outros donativos ao longo do ano. O altar e o mastro são enfeitados com as cores do santo. As rezas, as ladainhas e os cânticos, puxados por rezadores e rezadoras, conhecidos como “capelão” e “capeloa”, abrem as comemorações.

Figura 1: Altar de devoção, festa de São Benedito, Quilombo São Benedito, jul. de 2016.

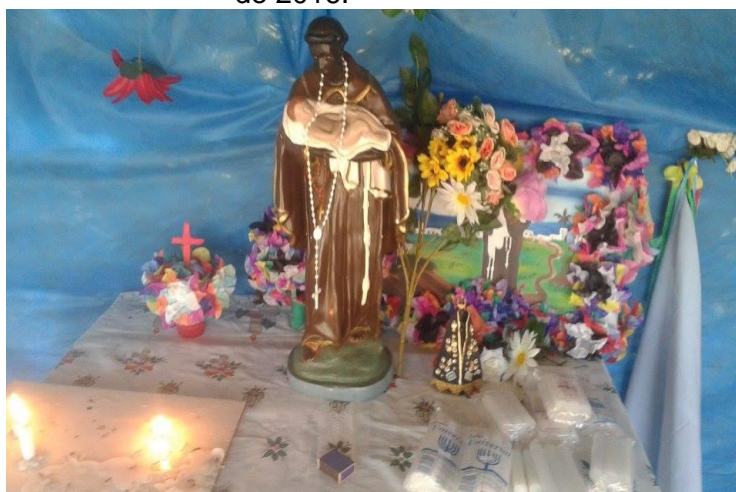


Foto: Luciano Silva.

Na fotografia acima, tirada por ocasião da festa de São Benedito, observamos no altar flores, velas e imagens de santos negros – São Benedito e Nossa Senhora da Aparecida – em um fundo azul que, segundo a tradição oral, representa a cor do santo padroeiro. As louvações a São Benedito são realizadas durante as rezas organizadas pelas famílias negras da comunidade. Nos diversos momentos da festa os moradores pagam suas promessas ao Santo, agradecem a produção anual da farinha e as graças alcançadas. A festa de São Benedito é exemplo de resistência, tradição, demonstração de fé e religiosidade. As expressões culturais e religiosas protagonizadas por quilombolas durante as festas de santo revelam uma memória da diáspora africana.

Podemos pensar o quanto a festa de São Benedito nos diz em relação à religiosidade dos africanos da diáspora, que permaneceram em Mato Grosso. Segundo Marina de Mello e Souza, avinda dos escravos africanos para o Brasil teve forte influência

na formação das festas religiosas. Mello e Souza, ao analisar a Festa do Congo, argumenta que essa prática tem muito a nos dizer em relação à religiosidade dos africanos da diáspora. Remonta a um passado religioso africano, lembrando que muitos escravos que chegaram ao Brasil saíram de um reino autônomo e cristianizado: o Congo (SOUZA; VAINFAS, 1998). Houve, em reinos africanos, a prática do catolicismo de um modo sincrético, pois muitos africanos adaptavam a religião de seus invasores com suas próprias práticas religiosas nativas. Mello e Souza (2001) acrescenta que, assim como no Congo, nos quilombos costumava haver reis e rainhas que governavam as comunidades rebeldes e que eram homenageados durante os festejos.

Após a reza, é formada uma procissão que segue para o local onde será erguido o mastro com as bandeiras dos santos homenageados. Esse momento é festejado ao som das cantorias dos cururueiros, girândolas de fogos e gritos de vivas. Em seguida é servido o jantar, caracterizado pela abundância de comidas típicas. O cururu soa noite a fora até o amanhecer, quando será servido o tradicional e esperado “chá com bolo”. Na figura 2, os cururueiros tocam em frente ao altar e cantam versos em louvor a São Benedito. Geralmente, são grupos de homens idosos e jovens, que cantam, dançam, tocam a viola de cocho¹⁴ e o ganzá – instrumento tocado pelos dois homens posicionados ao lado esquerdo da foto – e interagem com os participantes durante as festividades. Muitas vezes vêm de outras comunidades, da cidade de Poconé ou da capital.

¹⁴ A viola de cocho é reconhecida como Patrimônio Cultural Nacional, registrada no livro dos saberes do patrimônio imaterial brasileiro em dezembro de 2004.

Figura 2. Cururueiros durante a festa de São Benedito, Quilombo São Benedito, jul. de 2016.



Foto: Luciano Silva.

Figura 3. Meninos tocando mocho durante a festa de São Gonçalo e Santa Luzia, Quilombo Coitinho, 14 de jan. de 2017.



Foto: Manuela Areias.

Além dos rituais do cururu, o siriri, o “rasqueado”¹⁵ e o “lambadão”¹⁶ embalam muitos bailes e festas de santo. No terreiro de chão de terra, rodeado por construções de “pauapique” e adobe, observamos alguns passos de siriri sob o batuque do “mocho” ou “tamboril,”¹⁷e o som da viola de cocho. Na roda de siriri da festa de São Gonçalo e Santa

¹⁵ Estilo musical que mistura elementos do siriri, do cururu e da polka paraguaia.

¹⁶ O “lambadão” foi elevado recentemente à categoria de Patrimônio Cultural e Imaterial de Cuiabá (Lei N° 23/2017, aprovada em 02/08/2018).

¹⁷Instrumento usado na dança do siriri, espécie de banco de madeira ou lata com assento feito de couro cru.

Luzia todos os participantes são convidados a dançar, embalados pelo som do batuque e pela dança, marcada por ritmos fortes e acelerados. Os dançarinos, descalços, batem os pés no chão, marcando o tempo da batida da percussão. Os figurinos, geralmente, são bastante coloridos. Os homens costumam usar um lenço no pescoço e as mulheres trajam saias longas, rodadas e floridas, que garantem o movimento durante a dança. Durante os festejos as crianças aprendem a tocar mocho, observando e imitando os mais velhos, como demonstra a figura 3. Os jovens são ensinados, desde muito cedo, a devotar o santo, praticar a cultura tradicional e desenvolver o trabalho coletivo durante as festas.

Festas de Santo em Comunidade Quilombolas de Chapada dos Guimarães

É certo, é verdade que o mundo já era pra ter acabado. Foi só Nossa Senhora e São José que não deixou [...]

Me chamaram pra ir na festa, achando que não sabia. Siriri eu brinco bem, cururu ainda muito mais [...] ¹⁸

Os rituais praticados nas festas de santo mato-grossenses conectam as comunidades quilombolas de Poconé e Chapada dos Guimarães. Compartilhando experiências comuns: de devoção, esperança e luta por reparação de direitos e pela sobrevivência de memórias, essas comunidades desenvolveram expressões culturais semelhantes, que as aproximam. Todavia, no tocante à Chapada dos Guimarães, os quilombos pertencentes a este município configuram-se em um cenário geográfico e de composição histórica distintos dos quilombos da área rural de Poconé. Localizado a, aproximadamente, 70 quilômetros de Cuiabá, o município possui seis comunidades quilombolas com processos abertos para a regulamentação de seus territórios tradicionais, entre elas Lagoinha de Baixo, Lagoinha de Cima, Itambé, Cansação, Ariça-Açu e Cachoeira do Bom Jardim.¹⁹ A “rede de comunidades negras” (LOURENÇO, 2015, p. 21) em Chapada dos Guimarães, remete à formação dos quilombos nos séculos XVIII e XIX. Muitas propriedades rurais localizadas na Serra de São Jerônimo, acidente geográfico que marca o caminho de Cuiabá à Chapada dos Guimarães, foram concedidas aos proprietários rurais

¹⁸Versos de cururu cantarolados pela Senhora Josefa Sabino durante entrevista realizada na comunidade da Biquinha, Quilombo Cambambi, Chapada dos Guimarães, março de 2018

¹⁹ INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 22/04/2018.

pelo sistema de sesmaria, desde a primeira metade do século XVIII (MADUREIRA, 2006, pp. 71-72).

A região dos rios Quilombo, Casca e Manso, foi palco de inúmeros conflitos ao longo do século XIX. Nas imediações desses rios estruturaram-se alguns quilombos. Neste mesmo espaço concentraram-se diversas propriedades, parte delas com engenho, criação de gado e cultivo de mandioca para a produção de farinha, milho e banana, entre outros produtos que utilizavam a mão-de-obra escrava (VOLPADO, 1993, p. 251). Sem dúvida, os quilombos localizados nas margens do rio Manso eram os mais temidos. Em 1869, o Barão de Melgaço, então presidente da província de Mato Grosso, publicou uma lei autorizando o gasto da quantia de até oitocentos mil réis para a destruição dos quilombos do rio Manso.²⁰

Atualmente, as comunidades remanescentes de quilombos de Chapada dos Guimarães, encontram-se em processo de luta contra os atos de violência praticados pela classe dominante da região e de exclusão social por parte do Estado (Ver: LOURENÇO, 2015). As narrativas revelam lembranças relacionadas às práticas de violência contra seus moradores. No entorno de seus territórios localizam-se fazendas de monocultura de soja e de milho, usinas hidrelétricas e mineradoras.

Na margem do rio Quilombo, na região de Cachoeira Rica, também conhecida como Vila do Peba, encontra-se uma comunidade remanescente de quilombo. A história do quilombo Itambé remonta ao século XIX e está relacionada ao antigo engenho situado na área, denominado “Engenho Itambé”. O passado da escravidão está presente nas narrativas dos moradores, na cultura imaterial e nos vestígios arqueológicos. Em 2007, foi realizado um resgate arqueológico nas imediações do quilombo Itambé.²¹ Pesquisas arqueológicas realizadas por Luís Cláudio Symanski em outros engenhos de Chapada dos Guimarães, localizados nas regiões dos rios da Casca, Água Fria e Quilombo, revelam, a partir da análise das cerâmicas encontradas nas casas de engenho, que os escravizados africanos mantinham as diferenças étnicas de sua terra natal e apropriavam-se do espaço colonial, fundamentando a ideia de “expressões de identidades diversificadas” da África e a reprodução de suas religiosidades e cosmologias no espaço das fazendas.²²

²⁰ Ver. Artigos 1 e 2 da *Coleção das Leis Provinciais de Mato Grosso (MT)*, 1835-1912, p. 26. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

²¹ Ver. *Diário Oficial da União*, nº170 de 03/09/2007. Portaria nº 289 de 31/08/2007.

²² Symanski encontrou cerâmicas com simbologia bacongo, além de outros artefatos de dimensões religiosas, o que comprova a existência de manifestações de caráter religioso dos grupos de escravos que habitaram os engenhos de Chapada dos Guimarães. Sua tese questiona o modelo arqueológico vigente sobre o processo de crioulização, como o rápido abandono das tradições africanas e adoção dos elementos da sociedade euro

Nessa área, experiências de um campesinato negro se articularam a terras doadas para ex-escravos. No centro das narrativas, a preservação da memória da doação de um lote de terra para uma escrava alforriada, antepassado de alguns dos atuais moradores. A área que se encontra o quilombo Itambé caracteriza-se como um espaço de disputa e litígio entre quilombolas, fazendeiros e empreiteiras.

Sabemos que, na primeira metade do século XX, a região foi marcada pela exploração de garimpos. O Sr. Agostinho Mariano, quilombola nascido no Peba, relata que, em 1932, havia garimpo de diamante na região. Nesta época houve um fluxo intenso de migrantes nortistas e nordestinos que foram trabalhar nos garimpos. Na década de 40 funcionava uma usina hidrelétrica que ficou ativa por quase 50 anos. A usina cessou as suas atividades em 1992 ou 1993.²³ Na década de 1990, algumas famílias foram expulsas da terra, os moradores foram ameaçados e tiveram suas casas e plantações derrubadas ou queimadas por fazendeiros da região. Já nos anos 2000 foi instalada a empresa de mineração “Chapada Brasil Mineração”.

Os conflitos entre fazendeiros e quilombolas da comunidade Morro do Cambambi também foram constantes ao longo do século XX. Essa região era um ponto de sesmarias e abrangia alguns engenhos desde o século XVIII. No final do século XIX, na área situada no Pingador, iniciou-se um processo de extração da borracha. Já na primeira metade do século XX, o garimpo se estabelece com intensidade (MADUREIRA, 2006, pp. 74-75). Nos anos 1970, no período da ditadura civil militar, alguns moradores que viviam em terras consideradas “devolutas”, sofreram o processo de expropriação territorial por fazendeiros. Os interlocutores relatam que foram tempos de violência, casas foram destruídas e famílias ameaçadas. Dessa maneira, desde os anos iniciais da década de 1970, os habitantes dessa região passaram a procurar novas áreas para sobreviver, distribuíram-se por diversos municípios e regiões, como o distrito de Água Fria, as comunidades próximas ao rio Quilombo – entre elas destacamos a Biquinha – e as periferias dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

No quilombo Itambé, uma das comemorações mais evocadas é a festa de São Benedito, realizada, anualmente, no mês de julho pela irmandade e devotos do santo. A

americana e indígena. Demonstra e estabelece cronologias entre amostras cerâmicas e motivos decorativos de diversas nações africanas (Ver: SYMASNKI; 2007 e 2010).

²³ Entrevista realizada com o Sr. Agostinho Mariano da Costa Barbosa, 69 anos, sobre a importância da reativação de um Rego D’Água, construído por escravos, para os moradores do Quilombo Itambé, Chapada dos Guimarães, ago. de 2017.

festa acontece durante dois dias seguidos. O Sr. Moisés lembra com saudosismo, o mutirão organizado para os preparativos da festa, no qual as crianças acompanhavam os pais e os familiares durante o trabalho coletivo, conforme relato.” A população fazia campanha para retirar a palha de babaçu que cobre o barracão. Os companheiros do grupo [então crianças] que ajudavam retirar a palha eram: Josimar (Nenezinho), Paulo (filho de Fia), Neto Joabe, Rodrigo, Elias, Nengo, Baiano e Cuia.” Acrescenta ainda a participação dos adultos “Os pais trabalhavam nas demandas gerais. Lembro-me do meu pai ajudando, Florêncio Correia da Cota, o Sr. Chiquinho, Francisco Paula da Silva (pai do Juninho), Getúlio (pai de Joabe), Ataíde (pai de Rodrigo) e o Sr. Odílio (pai de Cuia e avó de Rodrigo).”²⁴ Os festeiros e devotos, meses antes, passam nas casas com a imagem do Santo arrecadando donativos, como galinhas, porcos e outros tipos de alimentos que compõe o cardápio da festa. Também providenciam os fogos de artifício, iluminação e reparos no barracão onde será o baile.

Figura 4. Dona Josefa arrumando o altar de louvação a São Benedito, São José e Nossa Senhora do Despacho. Biquinha, Quilombo Morro do Cambambi, Chapada dos Guimarães, set. de 2017.

Figura 5. Mulheres tocando viola de cocho durante a dança do siriri na festa de São Benedito, São José e Nossa Senhora do Bom Despacho. Biquinha, Quilombo Morro do Cambambi, Chapada dos Guimarães, set. de 2017.



Foto: Manuela Areias.



Foto: Manuela Areias.

²⁴ Entrevista realizada com o Sr. Moisés de Lima, 45 anos. Quilombo Itambé, Chapada dos Guimarães, ago. de 2017.

Nas imediações do Quilombo, na comunidade da Biquinha, residem cerca de 20 famílias que integram a rede de famílias do quilombo Cambambi. Nessa comunidade a festa em homenagem a São Benedito, São José e Nossa Senhora do Bom Despacho, realizada anualmente no mês de setembro, nas dependências da casa da Dona Josefa, é a mais aguardada. As cozinheiras, a maioria filhas e parentes de Dona Josefa, ajudam no preparo da comida da festa. Os homens, também parentes de Dona Josefa, auxiliam nos preparativos da festa, desmembrando as partes da carne de vaca e arrumando o barracão de venda de bebidas, e as crianças ajudam na decoração. Dona Josefa, de 85 anos, matriarca da comunidade, arrumando o altar com as imagens dos santos – São Benedito, São José e Nossa Senhora do Despacho –, como demonstra a figura 4, relata que São Benedito era o santo de seu pai. “Eu cresci vendo o meu pai fazendo a festa de São Benedito e, quando ele morreu, eu não podia deixá-lo no altar sozinho, continuei a fazer a festa. Eu já mandei ‘encarnar’ o santo diversas vezes [...] Aqui, quase todos são devotos de São Benedito”. A festa em homenagem à Nossa Senhora do Bom Despacho começou a ser realizada por conta de uma promessa. “Eu peguei uma enfermidade muito grave e a mãe pediu um remédio para Nossa Senhora do Bom Despacho, esposa de São José, para tomar e sarar.” Quando questionada sobre qual a importância da festividade, Dona Josefa diz “Eu gosto do cururu e o santo fica mais alegre quando toca o cururu.”²⁵

Symanski (2007, p. 31), analisa a relação entre as celebrações religiosas tradicionais de Chapada dos Guimarães – as festas de santo – que possuem influências africanas, sobretudo da África Central, como o ritual de lavagem do santo no rio. Dessa maneira, torna-se “marcante a similaridade entre as festas de santos de Chapada dos Guimarães e algumas festividades do planalto de Benguela, sul de Angola, onde vive a etnia Ovimbundu. Cabe destacar que escravos da nação Benguela constituíram um dos principais grupos africanos majoritários nos engenhos de Chapada.”

As narrativas dos quilombolas da Biquinha evocam com saudades as danças e canções de siriri e cururu. Segundo Dona Josefa, a festa se modificou ao longo dos anos “não tem mais siriri, cururu, leilão e biscoito, nem isso tem mais. Mudou muita coisa da festa. Os cururueiros vêm de Cuiabá. Eles vieram e ainda deixaram o mastro de pé.”²⁶ Muitos cururueiros, cantadores, instrumentistas e dançarinos da Biquinha e das comunidades

²⁵ Entrevista realizada com Dona Josefa Sabino, 85 anos. Quilombo Cambambi, Chapada dos Guimarães, set. de 2017.

²⁶ Idem.

vizinhas já estão idosos e poucos dos moradores mais jovens aprenderam cantar, tocar os instrumentos tradicionais e dançar o siriri. Durante as festas as mulheres assumem a viola de cocho, cantam, brincam e dançam o siriri. A figura 5 retrata mulheres tocando a viola de cocho durante a dança do siriri na festa de São Benedito, São José e Nossa Senhora do Bom Despacho. No centro da fotografia, tocando a viola, Dona Marcelina Lessa. Dona Maci, como é chamada na região, frequentadora da festa da Biquinha há muitos anos, relata “não tem mais cururu lá, tem que trazer cururueiros de Cuiabá [...] os jovens não se interessam mais, as pessoas não entendem que se acabar a nossa devoção vão acontecer coisas ruins [...] deixa acabar a nossa devoção pra ver o que vai acontecer.”²⁷Esses relatos evidenciam a preocupação dos quilombolas em relação à reprodução cultural da tradição do cururu e do siriri.

Considerações Finais

As tradicionais festas de santo mobilizam diversas pessoas, criam laços de solidariedade e coesão social, sendo uma das principais atrações aguardadas tanto pelos moradores das comunidades quilombolas quanto pelas pessoas da região e de outras localidades. São momentos de encontros, trocas, “circularidade cultural” e enfrentamentos – como conflitos de gerações, fundiários e de manejo ambiental e econômico – entre os diversos segmentos sociais que assistem ou participam da mesma. Além de lazer, oferecem momentos privilegiados para a consolidação das mais variadas identidades e (re)invenção das tradições. Essas comemorações revelam a sobrevivência de memórias da população quilombola e a forma como foram apropriadas e ressignificadas, reatualizando, assim, antigas lutas e esperanças por políticas públicas de reparação de direitos. As festas são manifestações culturais que evidenciam “lugares de memórias quilombolas” (Ver: NORRA, 1993) compreendidos como espaços de esperança, resistência, reivindicação e, sobretudo, transição da invisibilidade para a visibilidade.

Durante as pesquisas das festas quilombolas de Poconé e Chapada dos Guimarães, seus moradores foram protagonistas por trazerem à tona suas memórias. Essas memórias possibilitam identificar o passado sempre presente nos espaços de convivência, nas manifestações culturais e em suas práticas cotidianas, situando os problemas significativos de suas histórias de lutas no presente. Os lugares de memórias quilombolas necessitam ser

²⁷Entrevista realizada com Dona Marcelina Dias Lessa (Dona Maci), 70 anos, Quilombo Itambé, Chapada dos Guimarães, ago. de 2017.

percebidos como patrimônios que devem ser conhecidos e registrados na história pública brasileira. Trata-se, portanto, de uma “reparação moral” (ABREU & MATTOS, 2014, p. 259) para que suas histórias não sejam esquecidas.

A realização de inventários e registros das festas tradicionais quilombolas como patrimônio imaterial é fundamental para o reconhecimento e visibilidade das comunidades remanescentes de quilombos em Mato Grosso e instrumento nas lutas pela posse de terras, reivindicações por direitos, reparação e constituição de uma história pública. Essas ações devem incidir em projetos que visem a criação de políticas públicas para a salvaguarda das manifestações culturais presentes em festividades quilombolas, como o cururu e o siriri.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Festas, patrimônio cultural e identidade negra. Rio de Janeiro, 1888 – 2011. In: **Dossier Fêtes et célébrations em Amérique Latine: estética como eixo transversal, em abordagens políticas, antropológicas e históricas** *Artelogie*, 2013 no. 4.

DA COSTA, Janaína. **Espaços de Esperança: a produção associada da vida na Comunidade São Benedito Remanescente dos Quilombos – Poconé-MT**. Tese de Doutorado em Educação, UFMT, 2017.

DUARTE, Gisele Soares Dias. **Os saberes Tradicionais da Comunidade São Benedito, Poconé, Mato Grosso: Revelando Múltiplos Olhares** (Dissertação de mestrado na área de Ciências Florestais e Ambientais), UFMT, Cuiabá, 2016.

INCRA. **Relação das comunidades quilombolas com processo aberto para regularização fundiária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 22/04/2018.

LOURENÇO, Sônia Regina. A emergência de comunidades étnicas das comunidades quilombolas da Chapada dos Guimarães. In: **Áfro-Ásia**, 52, 2015.

_____. Ações Afirmativas: o processo de criação do programa de inclusão de estudantes quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). In: **Campos**, v.17 n.2 jul.dez.2016.

MADUREIRA, Elizabeth. Resgate do processo de ocupação de terras no Brasil e em Mato Grosso. In: MACHADO, Laís; FRAGA, Leila (orgs). **História e Antropologia no Vale do Rio Manso (MT)**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, 2011.

_____; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. In: **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.27, n.54, p. 255-273, jul.-dez., 2014.

MOURA, Antônio Eustáquio de. *Quilombo Mata Cavallo, a Fênix Negra Mato-Grossense: Etnicidade e luta pela terra no Estado de Mato Grosso*. 2009. 282 f. (Tese de doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP, Campinas, 2009.

NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

ROCHA, Edisera. **Memória Social e Patrimônio Cultural das Comunidades Quilombolas Coitinho e São Benedito** (Poconé – MT). Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em História, UNEMAT, Cáceres, fev. 2018.

SYMANSKI, Luís Cláudio. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). In: **Vestígios**. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, Volume 1 | Número 2 | Julho – Dezembro 2007.

_____. Cerâmicas, identidades escravas e criouliização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). In: **História Unisinos**, 14(3):294-310, Setembro/Dezembro 2010.

SOUZA, Marina de Mello e; VAINFAS, Ronaldo. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. In: **Tempo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, v.3, n.6, dez/1998.

_____. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil –séculos XVIII e XIX. In: István Jancsó e Iris Kantor (orgs.), **Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa**, v. I, São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec/Fapesp, 249-260, 2001.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: UFMT, 1993.